

Ética, pesquisa e sujeitos LGBTIA+¹: reflexões sobre o lugar e o posicionamento de quem escreve

*Luiz Paulo Ribeiro*²
*Isabella Campos Freitas D'Ávila*³
*Mariana Esteves da Costa*⁴
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Este ensaio apresenta uma apreensão sobre o que seria “ética em pesquisas com seres humanos” e objetiva questionar a posição de quem pesquisa de/com/para sujeitos subalternizados, no caso, sujeitos LGBTIA+. Essas indagações permitem maior aprofundamento a respeito da perspectiva do “lugar de fala” como ação ético-política e como postura acadêmica contrária a colonialidade. O ensaio problematiza o lugar ético do pesquisador, que pode ter outras identidades em relação aos seus sujeitos pesquisados.

Palavras-chave: ética; pesquisa; pessoas LGBTIA+; lugar de fala; colonialidade.

¹ Optamos em não utilizar a letra “Q” de Queer na sigla por entendermos que se trata de uma teoria sobre gênero e não de uma identidade ou sexualidade.

² Professor Adjunto A no Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE/FaE/UFMG). Fez sua residência pós-doutoral estudando as correlações entre identidade e representações sociais. Possui doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (FaE-UFMG), mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (FM-UFMG) e é graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Atualmente coordena as atividades do Grupo de Estudos sobre Representações Sociais (GERES).

³ Mestranda na Faculdade de Educação de Minas Gerais, pós-graduada em Intervenção Psicossocial no Contexto de Políticas Públicas no Centro Universitário Una, graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH (2018). Líder no Núcleo de Orientação Psicopedagógica e Inclusão (NOPI) do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH).

⁴ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atuou como auxiliar no projeto de implantação do Observatório de Ingresso e Permanência de Transexuais e Travestis nas instituições de ensino superior.

Ethical, research and LGBTIA+ individuals: reflections on standpoint, and the writer's position

Abstract: This paper presents an apprehension about what would be “ethics in human research” in order to wonder the position of those who research from/with/to subaltern individuals, in this case, LGBTIA+ individuals. This question allows us to deepen the perspective of the “place of speech” as an ethical-political action as an academic stance contrary to coloniality. This paper problematizes the ethical position of the researcher who may have other identities in relation to his researched.

Keywords: ethics; research; LGBTIA+ individuals; place of speech; coloniality.

Ética, investigación y sujetos LGBTIA+: reflexiones sobre el lugar y la posición de quien escribe

Resumen: Este texto presenta una aprehensión sobre lo que sería la ética en la investigación con seres humanos y tiene como objetivo cuestionar la posición de quienes investigan desde/con/para sujetos subordinados, en este caso, sujetos LGBTIA+. Estas indagaciones permiten una comprensión más profunda de la perspectiva del “lugar de enunciación” como una acción ético-política y como una postura académica frente a la colonialidad. El ensayo problematiza el lugar ético del investigador, que puede tener otras identidades en relación con sus sujetos investigados.

Palabras clave: ética; buscar; personas LGBTIA+; lugar de enunciación; colonialidad.

Como forma de iniciar esta discussão, acreditamos ser essencial nos localizarmos. Somos pesquisadoras e pesquisadores de temáticas relacionadas a sujeitos subalternizados, em especial, sujeitos que se identificam e/ou performam identidades não-heteroafetivas e não-cisgêneras. Não somos isolados, pertencemos a grupos de pesquisa sobre essa temática, que está em constante crescimento em matéria de estudos e pesquisadoras/pesquisadores (SILVA, 2018). Entretanto, em cada uma das pesquisas ou discussões acerca do tema, parece surgir um imbróglgio ético, que nos faz questionar nossas práticas investigativas, posição ética, capacidade e possibilidade de realizar tais ações investigativas sem reproduzir condutas colonizadoras. Este ensaio apresenta algumas reflexões acerca dessas indagações.

Como ponto de partida, questionamos as investigações e produções científicas realizadas por pessoas cis-heterossexuais que utilizam a população LGBTIA+ como objeto de pesquisa. Para tanto, tornou-se necessário pensar sobre a ética desses estudos, sobre como estruturar pesquisas de lugares sociais que não são ocupados por quem está pesquisando. Assim, indaga-se se uma pessoa heterossexual pode fazer pesquisas com pessoas não-heterossexuais e se as pessoas cisgêneras podem pesquisar pessoas transgêneras. Considerando que esses sujeitos estudados ocupam lugares historicamente invisibilizados, essas questões, que aparentemente podem encaminhar para uma resposta simples e rápida, merecem nossa atenção e discussão. Se a resposta é afirmativa, verificam-se diferentes indicações de uso de sujeitos, de uma certa superficialidade dos estudos ou de uma colonização dos saberes. Entretanto, se a resposta for negativa, tem-se como efeitos colaterais, por exemplo, a imposição de restrição à atividade de pesquisa e a supressão da importância de uma pluralidade de pessoas pesquisando as adversidades e obstáculos enfrentados pela população LGBTIA+.

A nosso ver, esse debate remete aos diferentes entendimentos sobre a ética em pesquisas. Qual o caminho correto a ser seguido? Ele existe? É possível pensar uma ética, para além das burocracias, para pesquisas sobre/com/de pessoas vulnerabilizadas e/ou subalternizadas na sociedade? Diante dessas questões, o objetivo do presente trabalho é contribuir para a discussão sobre a “utilização” de sujeitos subalternizados em pesquisas acadêmicas e propor questionamentos acerca da construção ética nos campos das pesquisas que, por vezes, não são construídas por indivíduos identitariamente semelhantes aos sujeitos contemplados no objetivo das pesquisas.

Para tanto, o texto divide-se em duas partes. A primeira refere-se a um resgate teórico-conceitual sobre a ética em pesquisas com seres humanos, que, embora seja um tema amplamente difundido na academia brasileira, ainda apresenta espaço para questionamentos, principalmente diante de uma perspectiva dos estudos sobre subalternidade, do ponto de vista dos sujeitos pesquisados, pelo lugar que ocupam. A segunda parte do ensaio, por sua vez, busca aprofundar esse debate diante de uma categoria específica de produções acadêmico-científicas: os estudos sobre sujeitos LGBTIA+, em especial, o campo da ética em pesquisas com esses sujeitos. O objetivo não é fazer a defesa de um método ou buscar uma “verdade universal”, mas instigar pesquisadores e pesquisadoras à construção de produções mais conscientes, de forma a reconhecer privilégios e rejeitar uma cultura de “utilização” dos sujeitos subalternizados de forma indiscriminada, como mero objeto de pesquisa.

Ética e pesquisa

A ética está relacionada ao estudo da moral, dos valores e do comportamento humano. Ao longo da história, a ética foi interpretada e conceituada por diferentes visões políticas e filosóficas. Fundamentalmente, está ligada à noção de virtude e aos valores voltados para o bem social e sempre foi pensada dentro de uma lógica do agir humano, sendo frequentemente usada como instrumento para direcionar as ações científicas por meio de princípios humanos. Na visão dos Sofistas, a ética era entendida como algo relativo e estava centrada no saber do ser humano. Para Sócrates, o conhecimento sobre o ser humano é moral. Já para os Estoicos e Epicuristas, a moral não poderia ser definida na relação com a Polis, e sim com o Universo. No Marxismo, por sua vez, há o rompimento e a crítica dos valores morais do passado, visando à transformação da sociedade.

Atualmente, a ética na pesquisa em ciências humanas exerce um importante papel para que as pessoas envolvidas na pesquisa sejam resguardadas em seus direitos básicos. A título de exemplificação, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), através de uma das Comissões do Conselho Nacional de Saúde – ligada ao Ministério da Saúde, e criada pela Resolução CNS 196/1996 – tem a função de elaborar e implementar normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, tanto para as pesquisas biomédicas quanto para as pesquisas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (ANPED, 2019). Assim, aos sujeitos da pesquisa ficam resguardados, por exemplo, os direitos ao anonimato, a informação clara e transparente à respeito da pesquisa e de sua forma de contribuição no trabalho a ser desenvolvido, a autorização prévia para o devido uso de imagens e narrativas, dentre outros.

Entretanto, entendemos que a ética como criação e construção humana representa mais do que uma simples ferramenta para que se estabeleçam regras de realização de pesquisas científicas com seres humanos. Ela deve perpassar a prática das(os) educadoras(es) e pesquisadoras(es), no sentido de que o trabalho dessas(es) seja, em si, carregado de valores que visam à mudança social e o bem-estar humano.

Segundo Terezinha Azerêdo Rios (2006), a necessidade da ética na pesquisa vai muito além das questões práticas, as quais são submetidas aos conselhos especializados na área. A visão crítica de uma pesquisadora ou pesquisador também está relacionada a questões do campo da ética, e esta deve ser utilizada como instrumento da própria investigação, ou seja, com o intuito de guiar as pesquisas. Dessa forma, será possível que a produção acadêmico-científica possa efetivamente contribuir para a construção de um conhecimento que promova verdadeiro retorno e democratização do saber à sociedade.

A palavra “ética”, ainda com Rios (2006), muitas vezes é usada de forma esvaziada de sentido, sem “significado autêntico ou histórico” (RIOS, 2006: 81). Esse problema gera produções sem compromisso com o bem-estar social que, por vezes, não auxilia os sujeitos-contemplados nos estudos a saírem da subalternidade e invisibilidade. Ela deve perpassar toda a prática das(os) educadoras(es) e pesquisadoras(es), no sentido de que seu trabalho seja, em si, carregado de valores que visam à mudança social e o bem-estar humano.

A ética e a moral são dois conceitos vistos muitas vezes como sinônimos, mas, embora as duas palavras tragam em sua etimologia o mesmo significado, apresentam conceitos diferentes. Para Rios (2006), essa distinção ocorre na diferenciação daquilo que é natural (necessidade) em relação ao que costumamos fazer

a partir das nossas necessidades e a como nos habituamos e construímos conceitos sobre as coisas. Dentro dessa ideia, a autora define a moral como “o conjunto de valores, normas e prescrições que orientam as ações e as reações dos indivíduos e grupos na sociedade” (RIOS, 2006: 81).

Com isso, podemos pensar que muitos elementos que consideramos naturais na sociedade, na verdade, são questões que foram socializadas dessa forma ao longo do tempo, até passarem a ser vistas como naturais, morais. É a partir dessa naturalização de comportamentos e conceitos que julgamos as práticas e ações dos indivíduos e grupos sociais. Além disso, Rios (2006) defende a similaridade entre a moral e política, ao dizer que o nosso comportamento também carrega consigo um posicionamento político, mesmo que isso não aconteça de forma racional. Nos posicionamos diante daquilo que acontece e organiza a sociedade, e, ao fazermos isso, baseamo-nos em valores morais.

Porém, nem tudo que fazemos é orientado por algo que nos é imposto, sendo que “nossa ação terá tanto mais significado quanto mais a realizarmos não apenas porque somos obrigados pelos outros, mas porque julgamos efetivamente adequado o que é proposto” (RIOS, 2006: 81). Para a autora, a ética guarda relação com uma visão de mundo crítica, e esta pode ser utilizada para investigar um objeto de maneira mais profunda, a fim de que a “a cortina” da moral seja ultrapassada, mesmo que de forma diminuta, para que seja possível pensar a realidade. Isso não significa que o trabalho do pesquisador ou pesquisadora será destituído de valores morais e políticos ou completamente neutro, significa que aquilo que se busca conhecer não estará turvado por visões morais naturalizadas, pois “ao olhar a realidade, temos o vício de julgar que nosso ângulo é, se não o único, pelo menos o melhor” (RIOS, 2006: 82).

Ainda na visão de Rios (2006), o fazer ciência possui uma estreita relação com um gesto de humanidade, pois, por meio da ciência, repensamos como vivemos, elaboramos tecnologias que contribuem para a qualidade de vida, (re) elaboramos o nosso modo de viver e de nos relacionar. Nesse sentido, a pesquisa traz consigo o compromisso social de se voltar para aqueles que são sujeitos dela, assumindo, portanto, uma responsabilidade ética.

Ética, violência e colonização

Carlos Skliar (2003), ao refletir sobre a mudança que todos pensam estar ligada à Educação e sobre o desejo de modificar a sociedade, afirma que as transformações não se ocupam verdadeiramente do outro, no sentido de se pensar a relação que os sujeitos têm com a alteridade. Na verdade, elaboramos essas alterações tendo como referência nós mesmos, motivo pelo qual pode-se dizer que as referidas mudanças servem apenas para aqueles que as pensam, e não para o próximo. Isso nos faz conjecturar que o desejo e as ações de transformar a sociedade podem, de alguma forma, remeter aos aspectos de uma colonização salvadora ou de uma violência epistêmica (SPIVAK, 2010).

Não temos, nunca, compreendido o outro. O temos, sim, massacrado, assimilado, ignorado, excluído e incluído, e, por isso, para negar a nossa invenção do outro, preferimos hoje afirmar que estamos frente a frente com um novo sujeito. (SKLIAR, 2003: 39)

Ao fazer tal afirmação, Skliar (2003) defende que o outro, como um novo sujeito, na verdade, é uma invenção nossa, um reflexo daquilo que acreditamos, projetamos e queremos que o outro seja. No entanto, para uma efetiva

transformação, deveríamos voltar o olhar para nós mesmos.

Quanto ao uso das expressões “colonização salvadora” e “violência epistêmica”, fazemos referência à obra de Gayatri Spivak (2010), *Pode o subalterno falar?* Spivak, que contesta a autoridade intelectual eurocentrada, branca e masculina (SILVA, 2018), manifesta sua preocupação no sentido de não nos deixarmos levar pelo conto de “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (SILVA, 2018: 122). Em outras palavras, a autora expressa seu receio de que as ações éticas expressas na produção do conhecimento não sejam tentativas de salvação dos sujeitos vulnerabilizados. Nesse sentido, é preciso levar em consideração que quem produz conhecimento está comumente inserido em grupos e contextos que se relacionam fortemente com as causas das vulnerabilidades vivenciadas por esses/essas indivíduos/indivíduos em situação de risco. Assim, as pesquisas construídas sob a égide e ótica do colonizador implantam e conduzem tais sujeitos a um caminho que é escolhido e conduzido por quem pesquisa. E que, conseqüentemente, acaba por colonizar e alienar, a seu próprio modo, reforçando a subalternidade e desconsiderando as histórias do outro e sua heterogeneidade.

É a partir dessas inquietações que encaminhamos a discussão sobre a temática da ética de se questionar como investigar sem assumir um papel de colonizador ou procurar a salvação dos sujeitos-objetos. Lembramos que Spivak (2010) faz uma crítica a autores que não reconhecem o seu lugar de soberano. Ao falar sobre as minorias, a autora traz à tona a difícil tarefa de desafiar discursos hegemônicos e nossas próprias crenças como produtores de conhecimento. Spivak reconhece a cumplicidade, inclusive dela própria, do reconhecimento do lugar do teórico que produz sobre os grupos subalternizados. Segundo a escritora, não se deve falar pelos subalternizados e, sim, criar espaços para que eles possam ser ouvidos. Embora sua reflexão alcance maior complexidade do que descrito aqui, Spivak aponta um caminho interessante para o lugar do pesquisador ao falar sobre grupos minoritários, subalternizados ou vulnerabilizados. Seria uma forma de construir esses espaços através da compreensão do que tem sido chamado de “lugar de fala”?

Sobre esse tema, Djamila Ribeiro (2017), em seu livro “O que é lugar de fala?”, traz reflexões a respeito de quem pode falar e quais são as vozes legitimadas para tal. Isso porque alguns grupos possuem maior espaço de escuta do que outros. A academia, por exemplo, é um espaço no qual ficam evidentes essas diferenciações, afinal “quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco” (RIBEIRO, 2017: 24). Além de branca, a ciência é também majoritariamente cisgênera, masculina e heterossexual. Como amostra disso, basta que se reflita sobre qual a primeira imagem ou ideia vêm à cabeça quando lemos os textos acadêmicos cuja referência é dada apenas por meio de sobrenomes. É uma visualização de um homem ou uma mulher? É uma pessoa preta ou branca? Arriscamos dizer que a imagem mental é de um pesquisador homem, cisgênero, branco.

O padrão de ciência é formulado a partir da experiência dos colonizadores europeus e foi naturalizado como algo posto, constituindo uma homogeneização da sociedade, e dessa forma, ignorando as diferenças entre grupos sociais, constituindo-se o padrão de vida europeu como o único possível de ser vivido. Essa lógica acaba construindo um cenário distorcido da realidade, apagando e invisibilizando as vivências de sujeitos subalternizados, dividindo o mundo em uma dicotomia de Europa e “Não-Europa”, sendo a primeira civilizada e a segunda primitiva. Coloca-se a Europa como produtora de conhecimento e a “Não-

Europa” como objeto de estudo (QUIJANO, 2009). Esse cenário reflete-se nas ciências atuais, ao observarmos que a maioria dos estudos são referenciados em pesquisadores(as) eurocentrados(as).

Dessa forma, a colonização estende-se para além do momento histórico de dominação e exploração de terras, torna-se atual e naturalizada por grupos hegemônicos, correspondentes à figura do europeu: homens, brancos, cristãos, cisgêneros etc. Nesse caminho, uma parcela da descolonização do conhecimento envolve o reconhecimento das identidades sociais, especialmente as subalternizadas. Entretanto, a lógica colonizadora tende a limitar as problemáticas sociais vivenciadas por grupos subalternizados, classificando-as como experiências individuais retirando, assim, a responsabilidade dos grupos dominantes e fortalecendo um discurso discriminatório e excludente (QUIJANO, 2009; RIBEIRO, 2017). Dessa forma,

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada fazem com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. (RIBEIRO, 2017: 63)

Reconhecer a estrutura social como constituída por relações de dominação e exploração é essencial para que seja possível construir novas possibilidades de se fazer pesquisa. Essa é a ideia principal defendida neste texto. Não nos ocuparemos em apontar uma maneira certa ou única de se adotar uma postura ética na pesquisa com sujeitos LGBTI. Procuramos neste texto reconhecer que a pesquisa reproduz opressões e é preciso pensar novas possibilidades e novos caminhos. Contudo, não descartamos nem mesmo a possibilidade de reproduzir no presente ensaio, de alguma forma, o discurso colonizador, uma vez que o próprio lugar de soberano torna a reflexão limitada. Afinal, nos localizamos socialmente em quadros que estabelecem hierarquizações e que agem através do trabalho, da raça e do gênero (QUIJANO, 2009)⁵.

Quando se classificam os grupos a partir dessas identidades coletivas, estamos falando de localização social, ou locus social. Essa posição social estabelece relações diretas com as classificações sociais determinadas pela colonialidade do poder, as quais colocam alguns grupos em lugares de maior privilégio, com níveis de acessos diferentes e graus de suscetibilidade às violências e opressões em diferentes patamares em relação a outras categorias. Porém,

por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam arduamente as opressões, elas não deixarão de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que infligem a outros grupos. O que estamos questionando é a legitimidade que é conferida a quem pertence ao grupo localizado no poder. (RIBEIRO, 2017: 68)

Destarte, reconhecer sua própria localização social, reconhecer os privilégios que tal lugar lhe proporciona torna-se então imprescindível para se fazer pesquisa. Porém, é um movimento que desorganiza a norma hegemônica e é comum que seja visto de forma agressiva, inapropriada ou parcial (RIBEIRO, 2017). É também frequente que grupos hegemônicos critiquem as falas de grupos socialmente subalternizados, dizendo que se trata de militância exagerada e que não há neutralidade na fala. Sobre isso, é importante refutar a noção de neutralidade e reconhecer de onde se fala, para então pensar em falar ou teorizar sobre os lugares de subalternidade.

⁵ Quijano (2009) não insere a sexualidade na sua discussão, mas apostamos que esta também estabelece hierarquizações sociais e estabelece relações de subalternização entre os sujeitos.

Djamila Ribeiro (2017) postula então o conceito de “lugar de fala”, utilizado hoje em dia no senso comum, muitas vezes de forma errônea e precipitada. Porém, sua ideia principal, já mencionada nos parágrafos anteriores é a de que, existem lugares sociais diversos (lôcus social) e estes lugares apresentam falas diferentes sobre um determinado tema, incluindo temas os quais não são os vivenciados por quem fala. Como é o caso de uma pessoa branca ao falar sobre o racismo vivido por pessoas pretas. É possível e necessário de ser feito, desde que essa pessoa que fala considere de onde vem, quais são os seus privilégios sociais, raciais, econômicos e de gênero. Ou seja, não existem impedimentos de fala de localizações que não lhe pertença, todos temos lugar de fala – podemos falar – sobre qualquer assunto, sendo importante evidenciar de onde, socialmente, essa fala é enunciada.

O conceito de “lugar de fala” está em construção e tem berço nas lutas e movimentos sociais, mas tal aspecto não inviabiliza seu uso e importância acadêmica, pois justamente por poder ser entendido como uma premissa fenomenológica é que o conceito deve ser considerado como instrumento que, ao mesmo tempo em que reivindica a fala daqueles sujeitos subalternizados diante de suas próprias lutas, serve para repensarmos as produções científicas acadêmicas como forma de exclusão.

Na busca por um espaço mais diverso na pesquisa, o conceito de lugar de fala tem relação, tanto ética, quanto epistemológica. Embora sejam diferentes, eles se correlacionam no que se refere a produção científica, já que a exclusão de determinados sujeitos também é a exclusão dos saberes e relações desses sujeitos com um determinado objeto.

Ética em pesquisas com/de/para pessoas LGBTIA+

Ultrapassada a discussão sobre a ética, a colonialidade do saber e o lugar de fala, nos debruçamos sobre a análise da ética em pesquisas com/de/para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais, etc. (LGBTIA+).

Quando tratamos dessas pesquisas, estamos nos preocupando com um campo de estudos que envolve diferentes formas de encarar a não-cisheteronormatividade. Primeiramente, para compreender o que são pesquisas “com/de/para” é preciso entender que o olhar sobre essas investigações pode partir de alguns lugares distintos: a) pesquisas com a população LGBTIA+ podem ou não ser feitas por pessoas que se identificam com essas identidades, orientações sexuais e performatividades; b) pesquisas feitas para a população LGBTIA+ podem ser informacionais, instrutivas e envolver políticas públicas ou de governo e; c) pesquisas da população LGBTIA+ englobam a parcela de estudos de dentro dessas identidades, performatividades e orientações sexuais e encaminham para uma potencialidade representativa. É importante ainda destacar que o esforço sempre deve ser no sentido de que exista e seja ampliado o acesso dos sujeitos não-cishéteros a toda estrutura de pesquisa acadêmica, a fim de que estes grupos possam e efetivamente ocupem frentes de pesquisas em outros assuntos e áreas para além das discussões sobre suas identidades.

A realidade das pessoas LGBTIA+ no Brasil é marcada por preconceito e discriminação. Segundo a ONG Transgender Europe (2020), o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTIA+ no mundo. De acordo com análise realizada no período de outubro de 2019 a setembro de 2020, das 350 pessoas transgêneras mortas em 75 países, 44% eram do Brasil. No mesmo sentido, o relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (OLIVEIRA e MOTT, 2020) evidenciou que 329 pessoas

LGBTIA+ foram mortas de maneira violenta no Brasil no ano de 2019, sendo 297 homicídios e 32 suicídios. Cabe dizer que os dados podem ser ainda maiores, devido a subnotificação das mortes por LGBTfobia. Bruna G. Benevides e Sayonara Nogueira (2019) alertam no relatório anual da ANTRA a respeito da subnotificação das mortes de pessoas trans. Tal fato demonstra a necessidade de políticas públicas e pesquisas voltadas a população LGBTIA+, com a finalidade de combater a discriminação e o preconceito (BENEVIDES e NOGUEIRA 2019).

A intolerância, a marginalização e a violência vivenciadas pela população LGBTIA+ marcam a trajetória educacional dessas pessoas desde a escola até o Ensino Superior. Na escola, a homofobia e transfobia aparecem de forma evidente, praticadas por todo corpo educacional (ABRAMOVAY, CUNHA E CALAF, 2009). Tal prática culmina naquilo que Berenice Bento (2011) chama de “expulsão”, o que evidencia a impossibilidade de se considerar a saída de jovens LGBTIA+ da escola como evasão, visto que muitos e muitas saem da escola em virtude de práticas discriminatórias. O mesmo processo ocorre no Ensino Superior, no qual, de acordo com pesquisa desenvolvida por Rodrigo Pires-Moretti (et. al., 2019), 60% das alunas e alunos de uma universidade pública apresentaram pensamentos transfóbicos e homofóbicos e uma alta incidência de preconceitos velados. “O espaço universitário produz e reproduz discursos, valores e práticas cis-heteronormativas e é regulado por ações que são praticadas sutilmente a partir de constrangimentos, rejeições ou exclusões” (SANTOS e D’ÁVILA, 2020: 160). Assim, para pessoas transgêneros e travestis, o preconceito torna-se algo explícito, possível de se perceber através do corpo, que fere a norma cisgênero de maneira visível. Os efeitos disso podem ser percebidos através da narrativa:

Mas enquanto estava colocada no aspecto da cisgeneridade, eu tive acessos. Passei pela academia, passei pelo trabalho formal e transitei socialmente durante muito tempo. Mas a partir do momento em que externei minha transexualidade, a minha transgeneridade, eu fui vetada. (SANTOS e D’ÁVILA, 2020: 154)

Cumpramos ressaltar que a trajetória da ciência em torno da transgeneridade é marcada pela imposição da norma cis. A partir da década de 50, houve um movimento de patologização da transexualidade que colocava a necessidade de cirurgia como única alternativa para pessoas identificadas por médicos como trans. Houve também a teoria psicanalítica que identificava pessoas trans dentro do campo das psicoses, ou no espaço entre as neuroses e psicoses. Ciências construídas por homens, cis e brancos, fortaleceram a noção de uma normalidade, baseada no padrão de suas próprias vidas (NERI e SAMPAIO, 2019).

A busca por inserir algumas identidades em um lugar de anormalidade também ocorreu com a homossexualidade. Nesse ponto, é importante dividir a homossexualidade feminina da masculina. Isso porque a realidade de lésbicas é marcada principalmente pelo viés da invisibilidade, do não-reconhecimento de seus relacionamentos afetivos. A imperceptibilidade das vidas lésbicas ocorre até mesmo no contexto do movimento LGBTIA+ e do movimento feminista heterossexual, o que faz com que essa realidade estabeleça situações de vulnerabilidade e omissão de garantia de direitos básicos, como saúde (RICH e VALLE, 2010; REIS e LOPES, 2020).

De uma forma geral, as violências direcionadas às pessoas trans e à população LGBTIA+ como um todo trazem a necessidade da inclusão, nas pautas sociais e políticas, de questões de direitos básicos, que são cotidianamente violados, tais como o uso de nome social, o direito à retificação do nome, uso de banheiros de acordo com o gênero com o qual se identifica, adoção de filhas(os), casamento e,

de forma mais extrema, o direito à vida⁶. Para conquistar tais direitos, a população LGBTIA+ precisou se unir e construir um movimento social forte para que então se materializassem algumas políticas públicas que buscassem garantir seus direitos (LIMA, 2017). Nesse caminho, as pesquisas científicas buscam, de certa forma, reforçar toda a trajetória construída pelos movimentos sociais, denunciar falhas na consolidação da cidadania LGBTI e contribuir para a transformação social.

Entretanto, o deslocamento das identidades LGBTIA+ para o lugar de desvio político, social, moral e religioso deve-se à cisheteronormatividade, que institucionaliza e legitima a heterossexualidade e a cisgeneridade como natural (COHEN, 1997). Esse caminho é construído na ciência, muitas vezes, de forma silenciosa, ao se afirmar uma neutralidade e objetividade na construção de teorias e metodologias. A ciência perceptível e hegemônica reflete valores de apenas um grupo social: homens, brancos, cisgênero e heterossexuais (GROSSI, 1998). Assim, partindo da urgência da dissolução da compreensão hegemônica sobre gênero e sexualidade e o que foi discutido neste trabalho sobre colonialidade nas pesquisas, qual seria o melhor caminho para que a pesquisa não seja apenas um reflexo da subalternização imposta a esses sujeitos? O olhar sobre pessoas LGBTIA+ a partir da perspectiva do homem, branco, cis, hétero impõe uma perspectiva colonizadora, e, nessa lógica, ocasiona a deslegitimação dos saberes da população colonizada (QUIJANO, 2009).

Entendemos que a ausência de discussão sobre cisheteronormatividade e seus desdobramentos pode ser vista como uma maneira de omitir o impacto desta sobre a sociedade, principalmente em virtude do receio da perda de privilégios, o que reforça o status de “salvador” que é conferido às pessoas que discutem subalternidade e suas vicissitudes, mantendo a ideia da superioridade.

Neste escrito, trabalhamos com a hipótese de que é preciso assumir que somos racistas, transfóbicos, homofóbicos etc., uma vez que essas posturas são estruturadas na espinha dorsal da sociedade capitalista. Assumir esse posicionamento é romper com a linha de pensamento enganosa de que não somos preconceituosos(as) e reconhecer uma falha estrutural, social e própria de cada um e de todos. É nesse caminho de reconhecimento de falhas que se torna possível tornar-se partidária(o) de um movimento, por direitos das pessoas trans, mesmo não sendo uma pessoa trans. No mesmo aspecto, Angela Davis (2016) nos ensina que é preciso ir além de não ser racista: é necessário ser antirracista. Nesse sentido, é preciso pensar no movimento contrário a qualquer subalternização de identidades, é preciso ser contrário a qualquer tipo de discriminação, mesmo que não se reconheça como pertencente a minorias. Torna-se ético e respeitoso, portanto, reconhecer que, estruturalmente, somos racistas, transfóbicos(os), sexistas etc., que não nos reconhecemos em algumas dessas identidades e que nos localizamos socialmente com muitos privilégios.

Ao realizar pesquisas de grupos minoritários, é preciso sempre pensar a partir de uma desobediência epistêmica, como assinalado por Mignolo (2008). É necessário reconhecer que fomos programados para responder sempre pela lógica epistêmica colonial e, a partir disso, precisamos aprender a exercitar e desenvolver um pensamento decolonial, que nega e desobedece à lógica normativa.

Ao considerar o local de onde se fala antes de manifestar-se, é possível reconhecer que se torna impossível conjecturar algo sobre vivências de lugares sociais que não se ocupa sobre o impacto das diversas formas de violências na vida de

⁶ De acordo com a ANTRA (BENEVIDES, 2019), a expectativa de vida de pessoas trans no Brasil é de 35 anos, praticamente a metade da população cisgênero, que é de 75 anos, de acordo com o IBGE.

cada pessoa. Apenas quem experiencia tais agressões e opressões consegue efetiva e propriamente oferecer uma visão sobre tais realidades.

No entanto, talvez seja possível falar sobre a estrutura que se estabelece e ocasiona tais violências. Como exemplo, “uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa.” (RIBEIRO, 2017: 84). Dessa forma, também seria ético ter sempre em mente o lugar que se ocupa, enquanto classe, raça, gênero e sexualidade, ao escrever para que, dessa forma, tornemo-nos conscientes e para que esteja presente na escrita os nossos lugares e pontos de vista na produção das opressões. Assim, quando temos em mente o lugar que ocupamos, temos também a noção dos privilégios que possuímos. Claro, é importante também ter a noção de que tornar os privilégios conscientes não altera a realidade, mas talvez possibilite reflexões sobre os nossos posicionamentos e as nossas responsabilidades.

Para o questionamento sobre investigadores que produzem estudos com sujeitos subalternizados, devemos reconhecer que há aqui um lugar de disputa de reconhecimento. É necessário que tenhamos em vista que identidades e sexualidades divergentes da norma são construídas sob a mesma égide que as identidades e sexualidades cis-heteronormativas, cabendo a todos a desconstrução dessas normas a partir do seu “lugar de fala”. Se entendemos que a sexualidade e a identidade não são algo exclusivo do campo biológico, mas que seguem normas e princípios sociais e culturais, a cisgeneridade e heterossexualidade, assim como as identidades dissidentes, inevitavelmente terão de passar pelos campos do cultural e do social (BENTO, 2008). É importante ressaltar que não estamos afirmando que a construção das identidades e sexualidades normativas não perpassa a subalternização. Ao contrário, estamos refletindo sobre como a normatização de uma única identidade afeta a todos em níveis diferentes, fato que torna necessária a desconstrução dessas normas por todos os sujeitos, inclusive como reconhecimento da sua responsabilidade sobre a opressão.

Nesse sentido, o universo da pesquisa pode ocupar um importante lugar na desconstrução daquilo que subalterniza. É necessário ser contrário àquilo que oprime, no caso, ser anti-cis-heteronormativo. Assim, refletir sobre os problemas causados pela normalização de identidades e sexualidades, bem como questionar as normas, podem ser caminhos para se fazer pesquisa respeitando o próprio “lugar de fala”, problematizando a normatividade e a soberania, ao invés de falar pelo subalternizado.

Por meio da pesquisa é possível lutar contra o estabelecimento de identidades socialmente estruturadas como hegemônicas, as quais não vemos como naturais. O pesquisador deve ir contra essa naturalização munido de uma postura ética, questionando a norma. Para tanto, essa postura necessita compreender a ética para além dos conceitos do termo que remontam à Grécia Antiga. A construção epistêmica eurocentrada foi importante e tal fato não deve ser negado. Porém, é preciso pensar para além dela. Por isso, a ética a ser considerada é uma ética que problematiza as compreensões estruturadas como moral e que, dessa forma, articule uma crítica aos padrões desenvolvidos socialmente.

Jaqueline Gomes de Jesus (2016), ao manifestar que a universidade não é o único espaço de conhecimento, afirma que não vê “problema algum que uma estudiosa, um estudioso branco da universidade, pesquise, pense, sobre as pessoas negras, desde que ele não subestime o que a gente está falando sobre nós” e ainda que “as pessoas trans também são humanas” e podem falar por si (JESUS, 2016: 232-1). Para a autora, o grande desafio é “reconhecer o papel importante,

relevante, das universidades para a produção de conhecimentos/saber, mas deixar de pensar que só produz conhecimento/saber nas universidades”:

(...) essa Universidade da qual estamos falando tem uma herança eurocêntrica e que, necessariamente, é uma herança de genocídio dos povos indígenas e de usurpação dos povos africanos; é uma herança que deu o nome de “negros” e “negras” aos africanos, genericamente; concedeu o nome de ‘travestis’ para travestis; de ‘transexuais’ para as transexuais e a gente pega esses nomes e refaz todos esses conceitos. (JESUS, 2016: 222)

Assim, é também ético que o pesquisador reconheça as ressignificações trazidas pelos sujeitos subalternizados como forma de descolonização. Considerar que esses sujeitos produzem saber fora do espaço da universidade, que esses conhecimentos devem ser legitimados e serem tomados como referência para o estudo da subalternidade, da cis-heteronormatividade ou da estrutura opressora no geral. Reconhecer esses saberes é, portanto, uma prática decolonial e ética.

Considerações Finais

Finalizamos este ensaio com a estranha sensação de que queríamos, na verdade, defender e justificar nossas pesquisas. Entretanto, a nossa intenção desde o início não foi essa: não queremos justificar nossas pesquisas, mas tratar dos caminhos que encontramos para tentar suplantando questões éticas que nos foram colocadas durante nosso percurso acadêmico. Isso não quer dizer que estamos no caminho certo, mas que nos disponibilizamos para discutir, repensar, aparar e fazer de nós mesmos pessoas menos opressoras. Temos em mente que nos reconhecermos como opressores-detentores de privilégios e optar eticamente por repensar nossas práticas são escolhas por não contribuir com a subalternização de sujeitos e suas histórias de vida.

O que podemos fazer na pesquisa é compartilhar o sentido que atribuímos às experiências e aos pensamentos e o que queremos construir a partir disso. Podemos, então, repensar e ressignificar o que nos foi imposto, mudar a maneira de nos relacionar com isso e estabelecer a nossa pertença singular neste mundo. Afinal, só quem repensa a norma imposta pode tomar a posição de modificar ou conservar o lugar ao qual pertence. Desse modo, o questionar, embora possa estar direcionado ao passado e às concepções já construídas socialmente, acaba por ser pressuposto de uma ação que não se isenta de sua responsabilidade pelo mundo.

O espaço da ética é o espaço do humano, pois pensar a nossa conduta na pesquisa como reflexo de contexto histórico e cultural no qual estamos inseridos é repensar nossa própria pesquisa e voltar-se a ela com um outro olhar. Precisamos que a academia continue fazendo pesquisas sobre a subalternização de sujeitos, ocupando-se com questões éticas, visando a transformação da sociedade para que pessoas subalternizadas e invisibilizadas, sejam elas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneras e intersexuais, também possam ocupar espaços acadêmicos, não só para pesquisar sobre suas identidades, performatividades e orientações, mas qualquer outra área de seu interesse.

Acreditamos no argumento defendido por Almeida (2010), segundo o qual “não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar ‘contra’ a subalternidade criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido” (ALMEIDA, 2010: 16-17).

Seguimos entendendo que carregamos em nossos aportes teóricos uma visão etnocêntrica por meio da consagração de autores que nos servem de base para a discussão de diferentes temas. O “Epistemicídio” dentro das universidades/

pesquisas impede que o conhecimento e visão de mundo de sujeitos subalternizados não sejam valorizados.

A violência epistêmica não acontece apenas quando LGBTIA+ ocupam uma pequena parcela nas universidades, mas também quando seus conhecimentos são julgados como inferiores, ignorando que seus saberes contribuem para a efetiva transformação da sociedade.

Recebido em 28 de janeiro de 2021.

Aprovado em 29 de abril de 2021.

Referências

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. “Prefácio: apresentando Spivak”. In.: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. pp. 7-21.

ANPEd, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. *Ética e pesquisa em Educação: subsídios*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. *DOSSIÊ assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2008.

BRITZMAN, D. “Curiosidade, sexualidade e currículo”. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COHEN, C. J. Punks, Bulldaggers, and Welfare Queens: The Radical Potential Of Queer? *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 3 (1): 437–465, 1997.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, 24 (1): 1–14, 1998.

JESUS, Jaqueline Gomes de. “As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades”. In: COLLING, Leandro (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016. pp. 217-232.

LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte:

Autêntica, 2000.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica. *Cadernos de Letras da UFF*, 34 (1): 287-324, 2008.

OLIVEIRA, J. M.; MOTT, L. *Grupo Gay da Bahia: Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil 2019, 2020*. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>

REIS, Kamylla; LOPES, Moisés. Visibilidade lésbica: existência como resistência. *Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 7 (14): 249-264, 2020.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, 5 (1): 17-44, 2010.

RIOS, Terezinha Azeredo. A ética na pesquisa e a epistemologia do pesquisador. *Psicologia em Revista*, 19 (1): 80-86, 2006.

SILVA, Leandro Soares da. O subalterno pede licença para falar. *Periódicus: Revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades*, 9 (1): 328-344, 2018.

SKLIAR, Carlos. A educação e a pergunta pelos outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. *Ponto de Vista*, 5 (1): 37-49, 2003.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TGEU. *Transgender Europe: Actualización TMM: Día de la Memoria Trans 2020*. Disponível: https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2019. Acesso em: 18/01/2020